

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- A) São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas pela Carta Magna;
- B) A instituição de regiões metropolitanas poderá ser realizada por lei estadual ordinária;
- C) O Estado do Ceará e a União podem legislar sobre juntas comerciais;
- D) Na inexistência de lei federal sobre normas gerais, o Estado do Ceará poderá exercer a competência legislativa plena, de acordo com as suas peculiaridades;
- E) O Direito Tributário e o Direito Financeiro são matérias que podem ser legisladas tanto pela União quanto pelo Estado, concorrentemente.

02. No que se refere às populações indígenas, ao regime dos portos e ao serviço postal, o processo legislativo compete:

- a) à União;
- b) aos Estados e ao Distrito Federal;
- c) à União, aos Estados e ao Distrito Federal;
- d) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- e) somente aos municípios.

03. As terras devolutas podem pertencer somente:

- A) à União;
- B) à União e aos Estados, dependendo do caso;
- C) aos Estados e Municípios;
- D) necessariamente aos Municípios;
- E) nenhuma das opções anteriores.

04. É hipótese prevista na Constituição Federal a intervenção federal nos Estados:

- A) manter a integridade nacional;
- B) reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
- C) assegurar o princípio constitucional dos direitos da pessoa humana;
- D) repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- E) todas as opções anteriores.

05. De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) os cargos públicos são acessíveis somente

aos brasileiros;

B) é proibido ao servidor público a associação sindical;

C) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, improrrogáveis;

D) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

E) nenhuma das opções anteriores.

06. No que atine ao Direito Constitucional Tributário podemos afirmar que:

A) Competem ao Estado do Ceará a cobrança e a arrecadação do ICMS, do IPI e do COFINS;

B) Compete à União Federal a arrecadação do IPTU, do ITCD e do IPVA;

C) Compete aos Municípios a arrecadação do IPVA, do IRPF e do ISS;

D) Todas as opções anteriores estão corretas;

E) Todas as opções anteriores estão incorretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

07. Assinale a assertiva correta:

A) Podem existir empresas públicas federais, estaduais ou municipais;

B) A Procuradoria Geral do Estado do Ceará é uma autarquia;

C) As empresas públicas integram a administração direta;

D) As empresas públicas são criadas por lei e assumem a forma de sociedades anônimas;

E) As fundações instituídas por particulares voltadas a prestar serviços públicos como educação e saúde passam a integrar a Administração Pública.

08. Aponte a opção correta:

A) as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito, ressalvado direito regressivo contra causadores do dano, que respondem objetivamente;

B) Segundo o atual entendimento jurisprudencial do STF, as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem de forma objetiva por danos causados a terceiros não usuários do serviço, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre o ato e o dano causado;

C) Para fins de responsabilidade civil do Estado

não é necessário que reste caracterizada a oficialidade da conduta do agente público causador do dano;

D) A Constituição Federal prevê a responsabilidade do Estado por erro judiciário, garantindo ao condenado o direito à indenização, embora a jurisprudência do STF não reconheça a responsabilidade objetiva para tais situações em razão da natureza da atividade jurisdicional;

E) Segundo o entendimento do STF, a Constituição Federal descarta a responsabilização objetiva da pessoa jurídica de direito público por atos omissivos.

09. Relativamente à revogação dos atos administrativos, é possível afirmar que

A) gera efeitos *ex nunc*, exceto quando calcada em vício do ato revogado;

B) os atos gerais e abstratos são revogáveis a qualquer tempo, enquanto vigentes;

C) não se admite revogação de ato administrativo que tenha exaurido os seus efeitos, a menos que se verifique nele o desatendimento ao interesse público;

D) a revogação se fundamenta na conveniência e oportunidade, incidindo sobre os atos administrativos vinculados que reconhecem um direito do administrado;

E) a supremacia do interesse público fundamenta a revogação dos atos administrativos que tenham gerado direitos adquiridos.

10. A respeito dos contratos administrativos, é correto afirmar que:

A) A revisão contratual deve ser deferida ao contratado periodicamente, na data-base e pelos índices previamente estabelecidos no contrato;

B) A alteração unilateral do contrato administrativo caracteriza “fato da administração”, devendo dar lugar ao reequilíbrio da equação econômica financeira do contrato;

C) O instrumento de contrato pode ser substituído por outros instrumentos hábeis, caso o valor da contratação não exceda o limite máximo para realização da modalidade convite, admitindo-se para tais casos a formalização de carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

D) Os contratos de prestação de serviços contínuos podem ser prorrogados para

obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, desde que não exceda a quarenta e oito meses;

E) Caso o licitante convocado se recuse a assinar o termo de contrato ou a retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, pode a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, com base nas condições de suas respectivas propostas.

11. Considere-se um servidor extranumerário de uma autarquia estadual, que ingressou nos seus quadros em 1982 sem se submeter a concurso público. A referida autarquia, em 2013, promoveu concurso interno para os extranumerários, resultando daí em nomeação do referido servidor para cargo efetivo.

Diante disso, o referido servidor

A) Embora sua situação tenha sido regularizada pelo concurso interno para o cargo efetivo, não pode ser considerado estável, haja vista que desde a sua realização não cumpriu o estágio probatório;

B) É dotado de estabilidade e de efetividade em razão da proteção excepcional conferida pelo Ato das Disposições Constitucionais Provisórias da CF/1988;

C) É dotado de estabilidade na função, mesmo integrando os quadros de autarquia, em razão da proteção conferida pelo Ato das Disposições Constitucionais Provisórias da CF/1988; não pode ser considerado titular de cargo efetivo, mesmo tendo se submetido ao concurso interno em questão;

D) Não é dotado de estabilidade por integrar os quadros de autarquia; e não é titular de cargo efetivo por não se haver submetido a concurso público de provas ou de provas e títulos para o cargo em questão;

E) Não é dotado de estabilidade nem de efetividade, por não se haver submetido a concurso público de provas ou de provas e títulos.

12. Relativamente ao Decreto do Presidente da República visando a disciplinar, no âmbito da Administração Pública, o cumprimento de ato normativo do Congresso Nacional, é possível afirmar que:

A) constitui manifestação do seu poder regulamentar;

B) constitui manifestação do seu poder disciplinar;

C) não há exercício de poder da Administração

Pública propriamente dito;

D) constitui manifestação do seu poder legislativo.

E) constitui manifestação do seu poder hierárquico.

DIREITO CIVIL

13. Considerando o novo sistema jurídico civil implantado pelo Código Civil Brasileiro de 2002, é correto afirmar quanto aos princípios que:

A) Foram adotados como vetores principiológicos a eticidade, a socialidade e a anualidade;

B) O princípio da eticidade corresponde à aplicação de soluções que pragmatizam a aplicação das preceituções normativas, e consiste, inclusive, na função social da propriedade;

C) O princípio da dignidade da pessoa humana é diretriz fundamental na aplicação das regras estabelecidas no novel Código Civil;

D) O consagrado princípio da autonomia privada presente nas relações contratuais em poucos casos poderá atender a função social;

E) Os contratantes, em algumas situações, poderão atender os princípios da boa-fé e da probidade.

14. No que se refere à capacidade e personalidade civil, é incorreto o seguinte:

A) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham perdido totalmente o discernimento;

B) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos;

C) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra;

D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

E) Cessará, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que,

em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

15. No que pertine às pessoas jurídicas e conforme o Código Civil, é incorreto o seguinte:

A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo;

B) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro;

C) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para finalidades econômicas;

D) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica;

E) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

16. Quanto ao domicílio regido pelas normas de direito civil não é verdadeiro o seguinte:

A) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas;

B) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver ancorado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença;

C) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar;

D) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida;

E) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde

for encontrada.

17. No que diz respeito aos bens, a legislação civil pátria não enuncia o que se segue:

- A) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade;
- B) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes;
- C) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro;
- D) São benfeitorias voluptuárias as de mero deleite ou recreio, e que aumentam o uso habitual do bem;
- E) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

18. No que se refere aos negócios jurídicos, e de acordo com o Código Civil, não é verdadeiro o seguinte:

- A) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
- B) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas;
- C) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido;
- D) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo;
- E) O encargo não suspende a aquisição, mas suspende o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19. Em relação à denunciação da lide é correto afirmar:

- A) É obrigatória nos casos previstos nos incisos I, II e III do art. 70 do CPC;
- B) É ação secundária de natureza

condenatória;

C) Não depende de demanda principal para ser proposta;

D) A sentença tem caráter meramente declaratório;

E) Visa à correção da legitimidade passiva.

20. Quanto à alteração subjetiva da lide é incorreto afirmar:

A) O CPC fixou como regra a estabilidade subjetiva da relação processual;

B) O sistema processual brasileiro não admite como válida a alienação da coisa ou do direito litigioso, em função da alteração da legitimidade das partes;

C) Citado validamente o réu, não poderá haver alteração subjetiva no processo;

D) Sem que tenha ocorrido a citação pode haver sucessão processual no polo ativo;

E) Havendo sucessão, o sucessor passa a ser parte no processo.

21. Quanto ao Mandado de Segurança é correto afirmar:

A) A autoridade coatora tem o direito de recorrer;

B) Ao despachar a inicial o juiz ordenará somente que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial;

C) Do indeferimento da petição inicial pelo juiz de 1º grau caberá agravo para o órgão competente do tribunal;

D) O direito de requerer se extinguirá decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados do ato impugnado;

E) Não será concedido às pessoas jurídicas.

22. Assinale a alternativa incorreta:

A) O momento processual para a fixação dos pontos controvertidos na demanda se dá por ocasião da fundamentação da sentença;

B) A revelia pode ser parcial;

C) A exceção de incompetência deve ser oposta no prazo para a resposta;

D) O ônus da prova não exprime obrigação da parte.

E) É lícita a juntada de documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados.

23. Assinale a alternativa incorreta:

A) A sentença *citra petita* se caracteriza como *error in procedendo* do magistrado;

B) São cabíveis embargos de declaração quando houver dúvida na decisão judicial;

- C) A confirmação na sentença dos efeitos da tutela anteriormente concedida enseja o recebimento do recurso apelatório apenas no efeito devolutivo;
- D) A não comunicação pelo agravante ao juiz de 1º grau da interposição de seu agravo de instrumento enseja sanção;
- E) Para recorrer é preciso ter interesse e legitimidade.

24. Assinale a alternativa incorreta:

- A) O recurso interposto pela Fazenda Pública independe de preparo;
- B) O oficial de justiça é, da mesma forma que o depositário, auxiliar da justiça;
- C) A preclusão lógica é operacionalizada pela simples passagem do tempo;
- D) Provado o falecimento da parte, o juiz declarará suspenso o processo;
- E) A fase postulatória começa com a petição inicial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

25. As taxas não podem ter base de cálculo própria dos impostos; no entanto, poderão:

- A) ter o mesmo fato gerador;
- B) ter o mesmo fato gerador desde que a base de cálculo seja distinta;
- C) ser instituídas exclusivamente pelos estados e municípios;
- D) ser instituídas, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador própria dos impostos;
- E) ser instituídas exclusivamente pelo exercício regular do poder de polícia.

26. No momento em que nasce a relação jurídico-tributária:

- A) o crédito tributário pode ser exigido;
- B) o fato gerador, que lhe deu origem, é líquido e certo;
- C) o lançamento deve ser formalizado para tornar líquida e certa a obrigação tributária;
- D) a obrigação tributária nasce com o lançamento;
- E) o sujeito passivo fica em mora.

27. A contribuição de melhoria:

- A) poderá ser instituída, independentemente da valorização imobiliária dos imóveis;
- B) não poderá ser instituída, caso a valorização imobiliária decorra de outros fatores que não a obra pública;
- C) poderá ser instituída a qualquer momento;

basta a existência obra pública;

D) em razão do princípio da isonomia, deverá ter o mesmo valor para todos os imóveis beneficiados;

E) tem como fato gerador a realização de obra pública.

28. O Imposto de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos:

A) é plurifásico pois tem tantos fatos geradores quantos forem os herdeiros ou legatários;

B) o contribuinte desse imposto não é o herdeiro ou legatário, mas o *de cuius* ou doador;

C) na partilha, havendo excesso na divisão dos bens em benefício de um dos herdeiros, ficarão configurados dois fatos geradores: a herança e a doação;

D) mesmo que o herdeiro renuncie a herança, ainda assim ocorrerá a incidência do imposto;

E) a inexistência de lei complementar nacional regulando esse imposto torna inconstitucional a sua cobrança.

29. Em relação ao ICMS pode-se afirmar:

A) o lançamento será sempre por homologação;

B) homologado o lançamento, o Estado não poderá mais retificar o valor declarado pelo contribuinte;

C) por ser não-cumulativo, o imposto pago pelo contribuinte em suas aquisições de mercadorias, independentemente de sua destinação, sempre gerará crédito;

D) para a concessão de benefício fiscal é suficiente a existência de lei estadual;

E) sem prévia existência de convênio celebrado entre os Estados, a lei estadual concessiva de benefício fiscal é inconstitucional.

30. Dentre as alternativas indique aquela a única correta:

a) o ICMS é um imposto cumulativo;

b) o ICMS é um imposto não-cumulativo e unifásico;

c) o ICMS incide nas operações de exportações para o exterior;

d) o ICMS não incide nas operações de importação do exterior;

e) o ICMS é não-cumulativo e incide nas operações de importação.